

TRIGO: PESQUISA, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E AUTO-SUFICIÊNCIA



f82.
6512

ENG. AGR. ROQUE G. ANNES TOMASINI
ECON. IVO AMBROSI

FEVEREIRO/1986

Roque G. Annes Tomasini¹

Ivo Ambrosi²

1. TRIGO: ASPECTOS DA AUTO-SUFICIÊNCIA

O trecho inicial do documento elaborado pela equipe técnica que assessorou o conselho de desenvolvimento de Cruz Alta e que foi apresentado por ocasião do lançamento da Terceira Festa Nacional de Trigo - III FENATRIGO - naquela cidade, afirma:

"Antes de mais nada é imprescindível lembrar que a triticultura brasileira experimenta, na presente etapa da nossa agricultura, uma incrível contradição. Ao mesmo tempo que há reduções de áreas e irrisórias produtividades médias, existe uma tecnologia, sustentada pelos pesquisadores e um número de bem sucedidos produtores, permitindo afirmar que a sonhada auto-suficiência nacional pode ser apenas uma questão de querer.

Mas, enquanto se apregoa que devemos desistir do trigo, sob a alegação de ser uma cultura de alto risco e cara, cresce o número de agricultores que, anos após anos, só tem ganhado dinheiro com o cereal.

Em outras palavras, ao contrário de alguns poucos anos passados, não é por falta de condições, de uma tecnologia eficiente e perfeitamente adaptada às nossas situações de clima e solo que não estamos produzindo todo o trigo que necessitamos para abastecer o mercado interno".

Como se observa, os altos rendimentos não são mais apenas privilégio da pesquisa, mas, está no domínio do produtor que decidiu seguir o caminho indicado por ela.

No passado o trigo teve safras prejudicadas em função de causas naturais (clima, doenças e pragas). Entretanto, nos últimos anos a situação está mudando graças a um número crescente de produtores que adotam a tecnologia disponível. Esta tecnologia para o cultivo de trigo (preparo do solo, rotação de culturas, adubação, cultivares, controle biológico de pragas e controle químico de doenças) é suficiente para, no mínimo, duplicar a productividade média histórica (900 kg/ha) do trigo no Brasil.

¹ Engº Agrº, M.Sc., Economia Rural, Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo. EMBRAPA, Caixa Postal 569, 99100-Passo Fundo, RS.

² Econ. M.Sc., Economia Rural, Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo. EMBRAPA, Caixa Postal 569, 99100-Passo Fundo, RS.

Em levantamento feito pelo CNPT/EMBRAPA em 1983, as lavouras consideradas de bom nível tecnológico atingiram uma média ao redor do 1800 kg/ha (Tabela 1). Em 1.436 lavouras assistidas pela EMATER/RS, também em 1983, 80,8% produziram mais de 1.000 kg/ha e, 9,5% produziram mais de 2.000 kg/ha. Em 1984, das 833 lavouras assistidas, 18,5% produziram mais de 2.000 kg/ha (Tabela 2). Estas altas produtividades comprovam o elevado potencial de produção de trigo a disposição dos produtores.

Em outro levantamento do CNPT/EMBRAPA (Projeto SIBIT), em 1985, que abrange as principais regiões produtoras do Rio Grande do Sul, também constatase a grande resposta da produção de trigo a utilização de tecnologias.

Na Região V (São Borja) a produtividade das lavouras avaliadas foi de apenas 480 kg/ha, constatando-se que as dificuldades causadas pelos fatores climáticos foram tremendamente favorecidas pela não aplicação de rotação (73,5% plantam trigo sobre trigo) e baixo uso de fertilizantes (somente 10,5% das lavouras utilizaram mais de 210 kg/ha).

Se observarmos a Região IV (São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Giruá, Independência, Três de Maio, Horizontina, Tucunduva, Santa Rosa, Ijuí, Panambi e Condor) a produtividade varia de 600 kg/ha a 1.440 kg/ha, sendo que a média da região foi de 789 kg/ha, ou seja, 22,8% menor que a produtividade do Estado (1.022 kg/ha). Nesta região a variação no uso de tecnologia foi bastante significativa, assim como a produtividade, mas pode-se notar que os municípios que menos produziram, menos tecnologia usaram. No município de Condor e Panambi, com produtividade de 1.440 kg/ha somente 1,7% e 0,0% das propriedades plantaram trigo sobre trigo, e em Santa Rosa, com produtividade de 600 kg/ha, 83,9% das lavouras não tiveram rotação de área.

Na Região III (Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho, Palmeira das Missões, Júlio de Castilhos e Cruz Alta) a produtividade média variou de 900 kg/ha a 1.700 kg/ha, sendo também nitidamente observável que rotação foi o fator que mais se destacou para o sucesso (Júlio de Castilhos com 900 kg/ha e 43,0% da área sem rotação e Passo Fundo, Getúlio Vargas e Carazinho com 1.700 kg/ha e 2,8%, 4,9% e 12,4% de áreas sem rotação. Naturalmente não só rotação foi responsável pelo sucesso da lavoura nesta região. As condições climáticas foram menos limitantes que nas Regiões IV e V. Mesmo quando as condições climáticas não forem favoráveis, o uso de tecnologia permite assegurar produtividades menos frustrantes. Os municípios de Condor e Panambi produziram 1.440 kg/ha, como resultado de bons níveis de adubação e de adoção de rotação. Os demais municípios desta região produziram, em média, em torno de 750 kg/ha.

É interessante salientar que as maiores produtividades foram alcançadas nos municípios em que a cultivar mais plantada (CNT 8 e BR 4) foi criada pelo CNPT/EMBRAPA.

A realidade climática dificulta a produção de qualquer cultura de in

verno na região Centro Sul do Brasil. Não é uma tarefa fácil produzir trigo, cevada, aveia, linho, triticales, colza, tremoço e outras culturas de inverno. A tecnologia disponível para trigo, apesar disso, ameniza o efeito das instabilidades climáticas e o CNPT/EMBRAPA está investindo na busca de maior adaptação genética, o que permitirá uma maior estabilidade da produção, e, uma provável competitividade a nível internacional a médio prazo, desde que sejam executadas as práticas culturais adequadas.

Como se pode observar na Tabela 4, em 1985, apenas a cevada produziu mais de 1.000 kg/ha devido esta ser mais cultivada na região do Planalto Médio, onde o trigo também produziu muito bem. Se considerarmos apenas esta região pelas estimativas feitas, a média de produtividade de trigo, em 1985, deverá ficar acima de 1.800 kg/ha.

Na prática o que se verifica, ainda, é uma produtividade oscilante entre os estados, e, entre as regiões dentro dos estados.

Em 1980 a média brasileira foi de 814 kg/ha, com produções razoáveis apenas em São Paulo e Minas Gerais com 1.119 kg/ha e 1.230 kg/ha, respectivamente. Em 1981 a média do Rio Grande do Sul foi de 1.224 kg/ha enquanto nos demais estados com área cultivada superior a mil hectares a média foi inferior a 1.000 kg/ha. Em 1982, apenas Minas Gerais produziu bem, com média de 1.386 kg/ha, ficando o RS com a irrisória média de 366 kg/ha. Em 1985, com o trigo comercializado até 14/01/86, a média nacional atinge 1.639 kg/ha, sendo que a estimativa do CTRIN/BB está em torno de 1.658 kg/ha. As médias mais baixas são dos estados do RS e SC (Tabela 5).

Em 1985 as condições climáticas para a produção de trigo foram boas de uma maneira geral, com exceção de algumas regiões do RS e SC que baixaram significativamente a média desses dois estados. Tais instabilidades a contecem, embora um conjunto de informações geradas pela pesquisa e comprovadas a nível de lavouras comerciais garantam produtividades extremamente compensadoras, mesmo em anos de clima adverso para a cultura.

Em diferentes microrregiões do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai, há um grupo de agricultores que vêm alcançando médias de produtividades que vão de 1.800 a 2.800 quilos por hectare, por estarem aplicando, integralmente, as recomendações da pesquisa.

Já não são tão raros aqueles que colhem, em áreas expressivas, mais de três mil quilos por hectare. Há produtores que obtiveram, como média de seis anos, aí incluídos anos extremamente adversos, 2.400 quilos por hectare.

Em algumas cooperativas onde a maioria dos triticultores se conscientizou da necessidade de adoção de tecnologia, como é o caso da Cooperativa Agrária Entre Rios Ltda.-PR que, conseguiu em 1985 atingir a média de 2.700 kg/ha em cevada e 2.400 kg/ha em trigo e da Cooperativa Agrícola de Cotia-Coop. Central, em São Gotardo-MG, onde a produtividade do trigo de se

queiro vem aumentando. Em 1975, a média era de 840 kg/ha alcançando em 1985 2.132 kg/ha, com algumas oscilações nos anos intermediários (Tabela 6).

Estas altas produtividades, que há anos atrás somente eram obtidas a nível experimental, hoje são uma realidade a nível de lavoura, o que demonstra a evolução da pesquisa.

Outro avanço da pesquisa diz respeito à ampliação da fronteira tritícola. Pelos anos 30/40, o trigo só era cultivado em terra de mato. Com o surgimento dos fertilizantes químicos e com as conquistas da pesquisa na criação de cultivares resistentes ao alumínio tóxico, o trigo passou a ser cultivado nos campos de barba-de-bode, não parando mais de se expandir.

Pela força da pesquisa, na expressão da tecnologia existente, o trigo está consolidado na região mais tradicional que envolve o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná. Na segunda região que abrange o Norte e Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Sudeste de São Paulo, pelos conhecimentos gerados pela pesquisa, o trigo deixou de ser uma aventura, para se tornar um empreendimento agrícola altamente rentável.

Mais recentemente vai se firmando numa terceira região, tanto irrigado como de sequeiro e que engloba o Norte de São Paulo, parte de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

Em todas as regiões de trigo no Brasil, acima citadas, tem-se clareza sobre as melhores épocas de plantio, melhores cultivares, quantidade de nutrientes, os cuidados de solo, rotação de culturas e de como utilizar adequadamente os fungicidas para controle das doenças da parte aérea da cultura do trigo. A geada ainda é um fator preocupante, embora se consiga com bastante eficácia minimizar seus efeitos, e cultivares mais resistentes estão sendo criadas.

Entretanto, quer pela ausência de uma política agrícola estável, de regras fixas e de longo prazo e, ainda, por deficiências no sistema de transferência de tecnologia e até pela crise econômica que descapitalizou o setor agrícola, a adoção de tecnologia não é feita de uma forma massal. Como consequência, continua uma baixa produtividade, forçando a continuidade na importação do cereal, mesmo podendo ser produzido com uma relativa facilidade.

Em 1985, as condições para a produção de trigo foram bem mais favoráveis do que nos anos anteriores. Segundo as estimativas do CTRIN/BB a produção total deverá alcançar 4.260.997 toneladas, quantidade esta bem mais próxima à necessidade interna de consumo, com uma área cultivada de 2.600.352 hectares.

Para aqueles que não acreditam que o trigo dá lucro é oportuno lembrar que, a preços de dezembro de 1985, o produtor que colheu 1.800 quilos por hectare teve um lucro ao redor de Cr\$ 900.000 por hectare e, quem colheu 2.800 kg/ha lucrou em torno de Cr\$ 3.200.000 por hectare considerando um

custo correspondente a 1.400 kg/ha de trigo. Isto, em termos reais, significa um retorno líquido de 48 a 100% sobre o custo total de produção somente em seis meses, já descontada a inflação.

O que se tentou demonstrar até aqui é que os fatores que impedem uma triticultura estável e de altos rendimentos não são de ordem tecnológica, como ocorreu num passado recente.

As medidas que podem recompor a lavoura de trigo fogem da alçada dos pesquisadores e dizem respeito a decisões políticas e econômicas. É necessário que o governo faça uma opção clara e inequívoca, em favor da produção desse cereal. E se o fizer, que adote os procedimentos que vão estimular aos produtores a cultivarem dentro da melhor técnica.

2. QUAIS OS PROBLEMAS QUE ENTRAVAM A AUTO-SUFICIÊNCIA DE TRIGO NO PAÍS?

Considerando que, em relação as diferentes regiões de cultivo de trigo no País, Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná), Centro Sul (Oeste e Norte do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) e Centro (Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso e Bahia), já existem tecnologias que permitem produzir trigo economicamente, para atingir a auto-suficiência não há necessidade de vultuosos investimentos na área técnica.

Todavia, não se pode considerar que todos os problemas técnicos estão resolvidos, uma vez que estes mudam constantemente, pela interrelação existente entre diversas variáveis agrônômicas (solo, clima, insumos, planta) e econômicas (relação custo-benefício, mudanças de políticas econômicas).

Entendemos que as práticas agrônômicas recomendadas são, em sua maioria, de amplo conhecimento dos extensionistas, como o adequado preparo do solo, rotação ou pousio de áreas (prática de custo zero), adubação de base e de cobertura (nitrogênio), cultivares adequadas à cada região, controle químico ou biológico de insetos e/ou de doenças. Destas práticas, somente a utilização de fungicidas (época, dose e escolha do produto) ainda não está suficientemente difundida. A utilização correta do conjunto destas práticas, permite alcançar produtividades médias de mais de 1.500 kg/ha nas culturas de sequeiro e de mais de 3.000 kg/ha nas áreas irrigadas.

Portanto, parece-nos que, considerando a tecnologia disponível para o cultivo do trigo, não serão necessários custos adicionais para alcançar a auto-suficiência nas atuais áreas de produção. Contudo, faz-se necessário ampliar as pesquisas e os serviços de extensão rural, a fim de que um maior número de produtores possa adotar a tecnologia disponível.

É óbvio que considerando a ampla área geográfica abrangida pela produção de trigo no Brasil, sempre existirão problemas de produção decorrentes

de tecnologias ainda não suficientemente desenvolvidas ou em virtude da di nâmica da evolução da cultura do trigo, o que exige novas alternativas de produção.

Todavia, se no passado, a tecnologia de produção era o fator que impe dia de alcançar a auto-suficiência de trigo no Brasil, hoje a maioria dos problemas estão solucionados.

O grande problema não reside na pesquisa e sim na transmissão, via as sist ência técnica oficial ou privada, destes conhecimentos até os prod uto res. Além deste fator, a inconstância das políticas de preço e de crédito em relação ao trigo, quando não raramente inadequadas, é outro fator funda mental para desmotivar o agricultor a aumentar a área e a produtividade.

Outros fatores, como PROAGRO, concorrência com a soja, armazenamento, são também importantes, mas não são tão fundamentais como as políticas de preço e de crédito.

3. AUTO-SUFICIÊNCIA

A busca da auto-suficiência tem sido, esporadicamente, colocada como objetivo político-econômico do Ministério da Agricultura.

Todavia, além da concorrência, em algumas regiões, da soja e do milho, na disputa de áreas com trigo, a ausência de uma política agrícola nacio nal e, em específico, para a triticultura nacional, não tem possibilitado alcançar a auto-suficiência.

O fato da agricultura ser muito dependente da variável clima, faz com que os agricultores sejam altamente sensíveis as variáveis preço recebido por seus produtos e ao crédito que terão disponível para as culturas. Assim, as decisões sobre o preço de compra do trigo e o valor básico de custeio (VBC) devem ser divulgados meses antes do início do plantio. Como na maio ria dos anos estas políticas foram ineficientes ou até desestimulantes pa ra motivar o agricultor a plantar trigo, além de outros fatores (frustra ções de safras anteriores, falta de semente, uso de tecnologia inadequada e até prováveis fraudes em adubação e área plantada), a auto-suficiência continua sendo uma realidade distante.

A auto-suficiência, numa hipótese otimista, não será alcançada em me nos de 5 anos, considerando que deverá ocorrer um aumento de 3.000.000 t na produção nacional, o que significa duplicar a atual produção e também con siderar a adição de 20% de outras farinhas (milho e triticale). Neste caso devem ser considerados os problemas de aumentar a produção de trigo e tam bém os referentes a milho e triticale.

Para estimar prováveis prazos para a auto-suficiência de trigo devem ser consideradas algumas variáveis:

- o clima deverá ser normal, não repetindo as boas condições de 1985, ou com frustrações semelhantes as de 1982;

- a área de trigo deverá sofrer oscilações em função da frustração da safra da soja em 1985 e de provável recuperação do mercado e das intenções de plantio a partir de 1987;

- a queda de produtividade do trigo em 1986 e 1987, em relação a 1985, como consequência do aumento de área, como forma dos agricultores tentarem, nem sempre adequadamente, recuperar os prejuízos das lavouras de soja, milho e feijão;

- o consumo de trigo poderá cair caso for retirado o subsídio, como poderá ocorrer em 1987;

- o consumo de trigo aumentará como consequência do crescimento populacional e do aumento do poder aquisitivo;

- caso houver um programa especial de apoio à produção de trigo já em 1986 via VBC e taxas de juro, como o recomendado pelo Grupo de Trigo-RS em trabalho elaborado para o Ministro da Agricultura, a produção crescerá aos poucos e os reflexos positivos somente se darão a partir de 1988;

- caso houver suficiente oferta de milho e de triticales, somente em 1988, poderá ocorrer uma mistura significativa destas farinhas com trigo, no percentual de 20% (poderá ser de até 25%);

- política de preço e VBC incentivadoras e estabelecidas para o período de 1986/1990;

- controle do preço dos insumos.

A fim de estimar prováveis prazos para a auto-suficiência, considerando as variáveis acima citadas, foram elaboradas duas tabelas.

Na Tabela 7, em que não há nenhum programa especial de apoio à produção do trigo e considerando que continue a vigorar políticas de preços, juros e VBC semelhantes as atuais, a auto-suficiência não será alcançada até 1990. Mesmo com a adição de 20% de outras farinhas o déficit de produção nacional, ainda implicará em importar cerca de 1.800.000 t.

Na Tabela 8, na qual é previsto um programa especial de apoio à produção de trigo (VBC, encargos financeiros menores para os melhores produtores e outros), conforme recomendado pelo trabalho elaborado pelo Grupo de Trigo-RS para o Ministro da Agricultura em outubro de 1985, a auto-suficiência poderá ser alcançada até 1980, com a adição de 20% de outras farinhas.

A auto-suficiência é, fundamentalmente, uma questão política e não uma questão de tecnologia de produção.

Estimativas de produção até 1990, nas atuais condições de instabilidade da economia nacional, não deixam de ser sujeitas a alto risco de erro. Contudo, a auto-suficiência é viável desde que as diversas variáveis independentes do fator clima, dependentes de ações do governo federal, contribua para um real apoio ao agricultor, ao invés de colocá-lo em situações

de indecisão e desestímulo.

4. ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

As estratégias políticas para alcançar a auto-suficiência em trigo, em bora sofrendo pequenas variações devido a ampla área geográfica em que es te é cultivado, não devem considerar o trigo como uma cultura isolada. De vido a possibilidade de realizar dois cultivos anuais na mesma área, na maior parte das zonas tritícolas, o trigo concorre com a soja na disputa de áreas. Isto porque, em algumas áreas o trigo ainda não está colhido e a época de plantio da soja já iniciou, enquanto que em outras regiões a soja tem um ciclo muito longo, o que prejudica a produtividade do trigo de se queiro plantado a seguir. Estas situações podem ser contornadas, parcialmen te, através do plantio de soja de ciclo tardio, de semeadura direta ou de irrigação, conforme a região ou, a prazo mais longo, com a criação de cul tivares de soja de ciclo mais curto na região do Brasil Central.

Caso existir uma situação de equilíbrio nas perspectivas de lucro na cultura de soja e na de trigo, é provável que os agricultores optem em, na mesma área e durante o mesmo ano agrícola, cultivar áreas semelhantes de trigo e de soja. Todavia, se o preço a ser pago pelo trigo e/ou o valor bá sico de custeio for desestimulante, o agricultor optará em diminuir a área de trigo e aumentar a área de soja, obviamente numa situação normal de mer cado. O inverso ocorre para a soja, como a atual situação de frustração de safra e preço, que fatalmente levará os produtores a buscarem nas culturas de inverno (trigo, cevada, linho, triticale, aveia) uma saída para seus pro blemas financeiros.

Portanto, tentar alcançar a auto-suficiência de trigo sem considerar a inter-relação das estratégias de produção e de pesquisa das culturas tan to de inverno como de verão é desconsiderar a realidade em que o agricultor toma suas decisões. Portanto, o objetivo da auto-suficiência de trigo de penderá, basicamente, de uma decisão política.

4.1. PRODUÇÃO

4.1.1. Preço

O agricultor, como qualquer empresário do meio urbano busca o lucro, como elemento fundamental que lhe permita sobreviver numa economia capita lista.

Se por um lado, o agricultor pode alterar os sistemas de produção no sentido de diminuir o custo de produção de trigo, por outro lado nada pode

fazer em relação ao preço de compra do governo federal. Desta situação de mercado decorre a grande sensibilidade do agricultor em relação ao preço. Logo, dentre todas as estratégias políticas de apoio à produção de trigo, a estratégia de preços compensadores é a mais importante.

O atual preço de U\$ 248.00/t tem sido aceito pelos produtores e seus órgãos de representação, como um preço compatível com o custo de produção. Os agricultores que tem adotado a tecnologia recomendada pela pesquisa, têm obtido altas produtividades e, considerando o preço de U\$ 248.00/t, têm alcançado bons lucros. Estes agricultores são pólos naturais de difusão de tecnologia.

A economicidade da produção de trigo nacional tem sido posta em dúvida, com o argumento básico de que o preço pago em 1985 (U\$ 248.00/t) ao produtor de trigo brasileiro é superior ao preço do mercado internacional, de aproximadamente U\$ 140.00/t FOB. Alguns trabalhos, como o do economista Lauro Salvador (vide anexo), conclui que o trigo nacional é mais econômico (Cr\$ 2.821.665/t) que o trigo importado (Cr\$ 2.871.935/t), ambos colocados no moinho, considerando o mês de dezembro de 1985. Outro trabalho, do Engº Agrº Roque Tomasini demonstrou que o trigo nacional, mesmo não sendo competitivo na maioria dos anos, em alguns (1973, 1974, 1979 e 1980), trouxe importantes economias de divisas ao Brasil, uma vez que seu custo, posto no moinho, foi inferior ao produto importado (Tabela 9). Outro importante aspecto se refere ao efeito na economia interna, devido ao efeito multiplicador derivado dos recursos aplicados na produção de trigo.

Outro efeito positivo do atual preço e da boa safra de 1985, é ter contribuído fundamentalmente para aumentar o capital de giro próprio dos agricultores. Desta forma, via lucro da safra de trigo, muitos agricultores estão podendo contornar a crítica situação da soja, decorrente da seca e da baixa cotação internacional.

4.1.2. Crédito

O valor básico de custeio (VBC) é o segundo fator motivador da área plantada. O VBC deve ser compatível com o custeio de produção, a fim de permitir implantar a lavoura de trigo de acordo com as recomendações de pesquisa. Elevados valores do VBC e preço de trigo desincentivador são políticas inadequadas, pois podem induzir a fraudes, através do desvio de crédito e da solicitação de PROAGRO em virtude da lavoura ter sido conduzida sem as tecnologias adequadas.

A estratégia a ser seguida em relação a política de crédito, foi delineada no documento do Grupo de Trabalho do Rio Grande do Sul, designado pelo Sr. Ministro da Agricultura, com o objetivo de sugerir políticas de trigo e entregue em outubro de 1985.

As recomendações sobre a política de crédito de trigo estão no Anexo

2, do documento Trigo, Propostas para a Política de Produção (conclusão dos Grupos de Trabalho dos Estados).

4.2. COMERCIALIZAÇÃO

4.2.1. Sistema de cotas de trigo

A comercialização de trigo no Brasil está baseada na compra pelo go verno federal de toda a produção interna e da importação complementar ao a bastecimento. Este trigo, historicamente, tem sido vendido abaixo do preço de aquisição aos moinhos, dando origem a política de subsídio, segundo um sistema de cotas estabelecido a partir de 1967. Este sistema de cotas, vá lido para a época em que foi estabelecido, suscita dúvidas quanto a atual validade. A moagem de trigo não parece ser um mau negócio, pelo contrário. Não se tem notícia de concordatas ou falências de moinhos de trigo, sendo que vários pertencem a sólidos grupos empresariais. Uma das razões para es ta situação, aparentemente tranqüila, é o fato de ser um dos poucos segmentos industriais com um fornecedor garantido (governo federal, através do sistema de cotas por moinho) e com um mercado cativo representado pelo con sumidor abrangido por sua área de ação, num mercado comprador de um produto de primeira necessidade: farinha de trigo.

O atual sistema de distribuição de cotas de trigo para os moinhos tem possibilitado um adequado abastecimento de farinha de trigo em todo o País. Contudo, o rígido sistema de cotas vigente não parece ser adequado a um re gime em que a livre iniciativa é considerada como um elemento básico para manutenção do regime democrático brasileiro, baseado na iniciativa privada.

Com a retirada do subsídio ao consumo, novamente será economicamente viável ao agricultor produzir trigo com recurso próprio ou financiado, e levá-lo aos moinhos "coloniais", pertencentes a cooperativas ou a particulares, atualmente com atividades limitadas, pagando uma taxa para moer seu trigo. Esta parece ser a melhor alternativa para que os milhares de peque nos produtores da região Sul do país voltem a plantar pequenas áreas e, nas áreas não tradicionais de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, possam surgir pequenos moinhos para moer o trigo dos pequenos produtores.

4.2.2. Subsídio ao consumidor

Deve ser salientado que, se por um lado o subsídio foi um instrumento para fornecer um produto de baixo custo à população, por outro lado levou o consumidor a distorcer seus hábitos de consumo. Outros alimentos tiveram sua produção desincentivada devido ao maior consumo de farinha de trigo sub

sidiada, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Não é lógico supor que um país com as dimensões do Brasil, ao menos na atual fase de desenvolvimento, deva basear sua alimentação em derivados de farinha de trigo (pão, massas, biscoitos), em detrimento de outros alimentos regionais (farinha de mandioca ou de milho, inhames) ou de outros alimentos igualmente nutritivos. Parece lógico melhorar a produção e a produtividade do arroz de sequeiro, feijão, milho, batata inglesa ou doce, e, porque não, da mandioca mansa, como forma de melhorar o acesso das populações de menor renda a alimentos de bom teor nutritivo. Somos um país em desenvolvimento, com áreas de extrema pobreza, querendo manter hábitos de consumo de países ricos. Os derivados de trigo são nutritivos, saborosos, é verdade. Porém, e os outros alimentos também não o são? O trigo deve ser um entre vários alimentos na mesa do brasileiro e não o principal, como o elevado subsídio o está levando a ser na forma de pão, massas e biscoitos. Certamente esse subsídio ao consumo do trigo foi fator importante para o aumento de seu uso na alimentação humana no Brasil. Entretanto, deve-se considerar a grande influência da mudança de hábitos de alimentação, principalmente no meio urbano onde a facilidade de preparo, manuseio e conservação dos alimentos derivados do trigo, substituiu grande parte dos produtos "in natura".

Com a retirada do subsídio haverá viabilidade econômica à mistura com outras farinhas, como a farinha de milho integral desengordurada (FMID) na proporção de até 25%, desde que o preço da FMID não seja superior à farinha de trigo. Assim, pouparemos dólares com a redução de importação de trigo e aumentaremos a renda nacional, via aumento na produção de milho.

Socialmente será corrigida a distorção de substituir o trigo e seus derivados, consumidos basicamente em maior quantidade pelas classes de maior poder aquisitivo, enquanto que o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, cujos maior consumo está baseado na população de baixa renda, são vendidos a preços de mercado. Parece lógico que, se o subsídio busca uma justiça social, que esta seja dirigida aos produtos consumidos pelas camadas populacionais que necessitem amparo social através do subsídio estatal.

4.3. PESQUISA

A curto prazo, o combate à desnutrição não será realizado via aumento da renda per capita. Logo, como a sociedade brasileira poderá aumentar o acesso aos alimentos derivados do trigo? Uma saída básica é a pesquisa agropecuária, como maneira de fornecer elementos para o aumento de produtividade, o que se refletirá na redução do preço ao consumidor. Sabemos que, com a mesma quantidade de insumos atualmente utilizados ou, até reduzindo-os,

podemos aumentar a produção. Todavia, é preciso continuar, no mínimo, mantendo o atual nível de recursos à pesquisa e à extensão rural.

Quando alguém decide diminuir verbas à pesquisa, pode estar tendo como objetivo melhorar os números das contas nacionais, num determinado período. Contudo, os insetos e as doenças, não entendem contabilidade e continuarão sua corrida, disputando alimentos com o homem, tornando as decisões de hoje, um sério risco social e econômico para o amanhã.

Considerando a ampla área em que o trigo está sendo cultivado, desde o Sul do Rio Grande do Sul até a Bahia; considerando a grande pressão dos agricultores e demais entidades representativas na busca de resultados de pesquisa; considerando a importância do trigo para a geração de renda no setor secundário e terciário; considerando a importância política do trigo e seus derivados na alimentação; considerando ser o trigo importado o segundo produto em dispendios de divisas, conclui-se o seguinte:

- ampliar as verbas para a pesquisa nas áreas tradicionais de trigo na região Sul, como forma de manter o atual nível de pesquisa, que tem permitido a um número crescente de agricultores alcançar excelentes produtividades;

- ampliar as verbas para a pesquisa na região do Brasil Central, tendo em vista a amplitude da área abrangida e do pequeno e insuficiente número de pesquisadores que atuam na região.

Tabela 1. Produtividade de trigo em 234 lavouras no Rio Grande do Sul - 1983

Nível tecnológico	Nº lavouras abrangidas	kg/ha	Produção adicional	
			kg/ha	%
Baixo	47	1.240	-	-
Médio	79	1.523	283	22,8
Bom	108	1.808	568	45,8

Fonte: TOMASINI/AMBROSI, CNPT/EMBRAPA.

Critérios para a separação de lavouras por nível tecnológico:

Baixo - Lavouras com um ano de rotação ou sem rotação e/ou pousio de inverno, com ou sem fungicidas e observações dos técnicos que visitaram as lavouras com informações de stand, aspecto geral da lavoura e controle de erosão péssimo.

Médio - Lavouras com dois ou mais anos de rotação e aspecto regular da lavoura na época do levantamento e com ou sem fungicidas.

Bom - Lavouras com dois ou mais anos de rotação de culturas e/ou pousio de inverno, com aspecto geral da lavoura "BOM" na época do levantamento e com ou sem fungicida.

Obs.: Ano com condições climáticas favoráveis à cultura.

Tabela 2. Produtividade de trigo em lavouras assistidas pela EMATER/RS, 1983 e 1984

Estrato (kg/ha)	Nº		%	
	1983	1984	1983	1984
0 - 500	33	28	2,3	3,4
500 - 1000	243	105	16,9	12,6
1000 - 1500	554	268	38,6	32,3
1500 - 2000	470	278	32,7	33,3
2000 - 2500	110	131	<u>7,7</u>	<u>15,7</u>
+ 2500	26	23	<u>1,8</u>	<u>2,8</u>
	1.436	833	100,0	100,0

Fonte: TOMASINI/AMBROSI, EMATER, CNPT/EMBRAPA.

Tabela 3. Síntese da avaliação do uso de cultivares, da suscetibilidade a doenças e da adoção de algumas tecnologias na lavoura de trigo 1985. Projeto SIBIT-1985

Região	Município	----- A -----	B	C	D	Área de trigo levantada (ha)	Número de lavouras levantadas	Produtividade média (kg/ha) *
III	Cruz Alta	BR 4	36.43	15.4	6.0	15280.9	648	1100
	J. de Castilhos	BR 4	62.81	3.7	43.0	3049.5	135	900
	P. das Missões	CNT 8	86.09	33.4	10.8	21321.0	1008	1500
	Carazinho	CNT 8	80.82	63.0	4.9	10923.0	473	1700
	Passo Fundo	CNT 8	45.03	80.5	2.8	8589.5	394	1700
	Getúlio Vargas	CNT 8	80.16	35.9	12.4	5618.5	652	1700
IV	São Borja	IAC 5-Maringá	35.90	10.5	73.5	9392.5	238	480
V	Santa Rosa	IAC 5-Maringá	52.61	2.2	83.9	4870.9	633	600
	Tucunduva	IAC 5-Maringá	41.79	4.2	75.7	1047.0	144	650
	Horizontina	Peladinho	49.84	0.0	-	915.0	76	960
	Três de Maio	IAC 5-Maringá	37.14	7.4	82.0	4963.0	529	840
	Independência	IAC 5-Maringá	30.95	13.5	64.2	2632.0	215	840
	Giruá	IAC 5-Maringá	56.25	17.2	22.1	2175.0	169	600
	Santo Ângelo	CNT 8	37.42	17.2	28.8	7557.0	570	680
	S. Luiz Gonzaga	IAC 5-Maringá	45.62	17.9	67.0	10805.0	464	720
	Ijuí	CNT 8	37.52	18.9	32.9	5692.0	556	1020
	Panambi	CNT 8	49.70	45.5	0.0	3543.1	341	1440
	Condor	CNT 8	61.71	32.8	1.7	2762.0	180	1440
Total						121136.9	7425	1125

Fonte: J.C.IGNACZAK, SMQ/CNTP/EMBRAPA.

Obs.: A - Cultivar mais plantada e percentual da área tritícola do município ocupada pela mesma.

B - Percentual de lavouras que utilizam mais de 160 kg/ha de adubo.

C - Percentual de lavouras que utilizam mais de 210 kg/ha de adubo.

D - Percentual de lavouras sem rotação (trigo sobre trigo).

* Informação fornecida pelos Departamentos Técnicos das Cooperativas, Setor Rural do Banco do Brasil e pela EMATER/RS. (Coleta feita pelo Setor de Difusão de Tecnologia do CNPT/EMBRAPA).

Tabela 4. Estimativa final preliminar para os cultivos de inverno da sa
fra de 1985 no Rio Grande do Sul

Produto	Área colhida ha	Produção t	Produtiv idade kg/ha
Aveia (grão)	76.518	63.134	825
Centeio	629	652	964
Cevada	48.324	64.754	1.340
Colza	879	651	741
Trigo*	941.190	962.225	1.022

Fonte: ZH Campo e Lavoura de 03/01/86 (p. 10).

CTRIN/Banco do Brasil.

Tabela 5. Evolução da cultura do trigo nacional - 1975 a 1985

Ano	Especificação	Estados								Total
		DF/GO/BA/MT	MS	MG	MT	PR	RS	SC	SP	
1980	Área	450	146.627	16.266	57	1.568.736	1.434.689	15.009	136.667	3.318.501
	Produção	96	111.432	20.002	15	1.379.206	1.030.359	8.090	152.915	2.702.130
	Produtividade	214	760	1.230	263	879	718	539	1.119	814
1981	Área	199	95.120	18.369	10	930.962	879.260	8.078	131.749	2.063.747
	Produção	392	68.416	18.047	-	927.570	1.075.888	7.477	128.653	2.226.447
	Produtividade	1.970	719	982	-	996	1.224	926	976	1.079
1982	Área	1.403	168.279	24.734	80	1.232.511	1.377.422	21.710	133.872	2.960.010
	Produção	1.113	124.233	34.291	51	1.008.379	504.718	13.397	116.155	1.802.337
	Produtividade	793	738	1.386	637	818	366	617	868	609
1983	Área	1.792	106.030	18.939	-	926.505	683.347	16.615	136.917	1.890.145
	Produção	917	160.595	28.147	-	1.044.542	762.703	7.878	175.894	2.180.677
	Produtividade	512	1.515	1.486	-	1.127	1.116	474	1.284	1.154
1984	Área	353	142.354	13.746	350	912.760	722.334	20.070	126.876	1.938.843
	Produção	755	108.775	22.275	297	1.089.727	603.830	9.781	99.970	1.935.411
	Produtividade	2.139	764	1.620	851	1.194	836	487	788	998
1985*	Área	994	209.788	7.655	-	1.273.551	941.190	35.040	132.134	2.600.352
	Produção	655	318.998	19.015	-	2.642.828	962.225	42.398	274.878	4.260.997
	Produtividade	659**	1.521	2.484	-	2.075	1.022	1.210	2.080	1.639

Fonte: Banco do Brasil S.A. - CTRIN/Asses.

* Dados preliminares, posição em 14/01/86.

** Parte do trigo não comercializado, principalmente na Bahia.

Tabela 6. Evolução da cultura do trigo no Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) - São Gotardo, 1985

Ano	Área (ha)	Regime	Produtividade média			
			Sequeiro		Irrigado	
			kg/ha	sc/ha	kg/ha	sc/ha
1975	353	Sequeiro	840	14,0	-	-
1976	1.019	Sequeiro	924	15,4	-	-
1977	2.620	Sequeiro	1.062	17,7	-	-
1978	7.800	Sequeiro	1.362	22,7	-	-
1979	9.450	Sequeiro	1.476	24,6	-	-
1980	11.467	Sequeiro	1.602	26,7	-	-
1981	13.200	Sequeiro	1.188	19,8	-	-
1982	13.203	Sequeiro	2.022	33,7	-	-
1983	12.405	Sequeiro	1.518	25,3	-	-
	411	Irrigado	-	-	2.231	37,2
1984	10.083	Sequeiro	1.659	27,6	-	-
	736	Irrigado	-	-	3.610	60,2
1985	4.919	Sequeiro	2.131	35,5	-	-
	1.038	Irrigado	-	-	4.500	75,0

Fonte: Cooperativa Agrícola de Cotia - Coop. Central.

Tabela 7. Estimativas de área, produtividade, produção bruta, reserva de sementes, produção líquida, consumo e necessidade de importação de trigo sem e com adição de 20% de outras farinhas (milho e triticale) ao trigo, no período 1985/90, considerando somente a atual política de preço e crédito

Ano	Área ha	kg/ha	Produção bruta 1.000 t	Sementes 1.000 t ²	Produção líquida 1.000 t	Consumo 1.000 t	Importação	
							Sem adição de 20% 1.000 t	Com adição de 20% 1.000 t
1985 ¹	2.600	1.639	4.300	410	3.890	6.200	2.310	2.310
1986	3.400 ³	1.100 ⁴	3.740	410	3.330	6.400	3.070	3.070 ⁹
1987	3.400 ⁵	1.200	4.080	384	3.696	6.400 ⁶	2.704	2.704 ⁹
1988	3.200 ⁷	1.200	3.840	384	3.456	6.600 ⁸	3.144	1.824 ¹⁰
1989	3.200 ⁷	1.300	4.160	384	3.776	6.800	3.024	1.665
1990	3.200 ⁷	1.300	4.160	384	3.776	7.000	3.224	1.824 ¹¹

Fonte: ROQUE TOMASINI, CNPT/EMBRAPA.

¹ Dados reais da CTRIN/Banco do Brasil.

² Reserva de sementes para a safra seguinte, na média de 120 kg/ha.

³ Acréscimo de área devido a frustração da soja.

⁴ Queda de produtividade em virtude de ser pouco provável que sejam repetidas as boas condições climáticas de 1985.

⁵ Área ainda estável devido ao impacto residual da frustração da soja em 1985.

⁶ Consumo estável devido a uma provável queda do subsídio ao consumo.

⁷ Área estabilizada em virtude de falta de programa de apoio nas áreas tradicionais ou nas que poderiam ser irrigadas.

⁸ Consumo continua a crescer como reflexo do crescimento populacional e do poder aquisitivo.

⁹ Sem possibilidade de adição de outras farinhas economicamente viáveis (milho e triticale, em virtude de recomposição de estoques de milho em 1986 e do triticale ainda estar em fase de multiplicação, sendo pouco significativo o volume que poderá ser misturado.

¹⁰ Início da adição de 20% de outras farinhas em relação ao total a ser consumido como consequência da normalização da oferta de milho e de triticale já comercializável.

¹¹ Até 1990, não seria alcançada a auto-suficiência, mesmo com adição de até 20% de outras farinhas.

Tabela 8. Estimativas de área, produtividade, produção bruta, reserva de semente, produção líquida, consumo e necessidade de importação de trigo sem e com adição de 20% de outras farinhas (milho e triticale) ao trigo, no período 1985/1990, considerando programa especial de apoio à produção de trigo a ser iniciado em 1986

Ano	Área ha	kg/ha	Produção bruta 1.000 t	Sementes 1.000 t ²	Produção líquida 1.000 t	Consumo 1.000 t	Importação	
							Sem adição de 1.000 t	Com adição de 20% 1.000 t
1985 ¹	2.600	1.639	4.300	410	3.890	6.200	2.310	2.310
1986	3.400 ³	1.100 ⁴	3.740	410	3.330	6.400	3.070	3.070 ⁹
1987	3.400 ⁵	1.200	4.080	384	3.696	6.400 ⁶	2.704	2.704 ⁹
1988	3.400	1.200	4.080	384	3.696	6.660 ⁸	2.904	1.584 ¹⁰
1989	3.600 ⁷	1.300	4.680	480	4.200	6.800	2.600	1.240
1990	4.000 ⁷	1.500	6.000	480	5.520	7.000	1.480	80 ¹¹

Fonte: ROQUE TOMASINI, CNPT/EMBRAPA.

¹ Dados reais da CTRIN/Banco do Brasil.

² Reserva de sementes para a safra seguinte, na média de 120 kg/ha.

³ Acréscimo de área devido a frustração da soja.

⁴ Queda de produtividade em virtude de ser pouco provável que sejam repetidas as boas condições climáticas de 1985.

⁵ Área ainda estável devido ao impacto residual da frustração da soja em 1985.

⁶ Consumo estável devido a uma provável queda do subsídio ao consumo.

⁷ Área cresce como reflexo de programa de apoio ao trigo a ser iniciado em 1986, em áreas com e sem irrigação.

⁸ Consumo continua a crescer como reflexo do crescimento populacional e do poder aquisitivo.

⁹ Sem possibilidade de adição de outras farinhas economicamente viáveis (milho e triticale) em virtude de recomposição de estoques de milho em 1986 e do triticale ainda estar em fase de multiplicação, sendo pouco significativo o volume que poderá ser misturado.

¹⁰ Início da adição de 20% de outras farinhas em relação ao total a ser consumido como consequência da normalização da oferta de milho e de triticale já comercializável.

¹¹ Auto-suficiência.

Tabela 9. Preço pago ao triticultor nacional, ao trigo importado, produção nacional e custo adicional da produção nacional em relação ao preço do trigo importado, 1965/1985

Ano	Valor médio do dólar ¹ Cr\$	Preço pago pelo trigo		Produção nacional t	Custo adicional da produ- ção nacional em relação ao preço do trigo importado U\$ 1.000
		Nacional - preço oficial + 5% ² U\$/t	Importado FOB + 20% ³ U\$/t		
1965	2,137	103,18	71,56	221.576	6.690
1966	2,220	125,34	66,47	298.523	17.574
1967	2,715	122,60	75,04	364.870	17.353
1968	3,775	108,01	69,55	693.598	26.676
1969	4,285	110,26	68,36	1.146.319	48.031
1970	4,860	105,86	72,94	1.734.972	57.115
1971	5,616	102,21	75,22	2.038.633	55.022
1972	6,154	102,37	94,44	693.399	5.499
1973	6,171	127,61	164,90	1.934.439	-72.135
1974	7,257	202,56	231,06	2.848.040	-81.169
1975	8,765	200,06	186,42	1.582.587	22.441
1976	11,861	188,56	159,24	3.037.864	89.070
1977	15,462	215,23	128,41	2.012.842	174.835
1978	19,916	218,79	150,38	2.700.707	184.755
1979	33,739	168,06	195,20	2.881.186	-78.195

cont.

Ano	Valor médio do dólar ¹ Cr\$	Preço pago pelo trigo		Produção nacional t	Custo adicional da produ- ção nacional em relação ao preço do trigo importado US\$ 1.000
		Nacional - preço oficial + 5% ² US\$/t	Importado FOB + 20% ³ US\$/t		
1980	61,364	202,59	221,57	2.702.130	-51.286
1981	118,047	253,50	212,35	2.226.447	91.618
1982	230,060	288,75	197,11	1.802.337	165.166
1983	865,530	213,15	188,84	2.180.677	53.012
1984	2.727,787	236,25	181,93	1.935.411	105.132
1985	8.990,570 ⁴	260,40	169,25	4.260.997	388.390

Fonte: TOMASINI, CNPT/EMBRAPA (dados básicos do Banco Central, DETRIF/SUNAB, CTRIN/Banco do Brasil).

¹ No período 1965/72 a taxa média refere-se a média das cotações do período novembro-dezembro, época em que a safra do Rio Grande do Sul é comercializada. No período 1973/85, a taxa de câmbio refere-se a média dos meses outubro-dezembro, em virtude de a partir de 1973 a produção de trigo no Paraná ter evoluído a níveis idênticos aos do Rio Grande do Sul, além da produção em outros estados da região Centro-Sul e Centro, que colhem mais cedo.

² - O valor em dólar do trigo nacional está, em alguns anos, supervalorizado, em virtude da supervalorização do cruzeiro em relação ao dólar, o que contribui para aumentar o custo em dólares do trigo nacional e também em relação, principalmente nos últimos anos, ao valor real do dólar gerado pelas exportações, maior que o dólar oficial, em virtude de mecanismos de incentivos, isenções e de exportação de produtos gravosos.

- A partir de 1982 o valor do trigo nacional foi fixado em dólares por tonelada, sendo o valor em cruzeiro corrigido segundo a cotação do dólar no primeiro dia de cada mês, no período setembro-dezembro e excepcionalmente até fevereiro.

- Preço pago ao produtor mais comissão do Banco do Brasil, frete, armazenagem e administração.

³ Preço FOB mais frete marítimo, controle de qualidade, seguro, juros de financiamento no exterior, diversas taxas e frete até o moinho.

⁴ Estimativa.